

Contas de Governo

AVALIAÇÃO DA GESTÃO GOVERNAMENTAL AO ALCANCE DE TODOS



Melhoria do desempenho e aumento da transparência da administração pública, dois objetivos, que somados ao controle, vão ao encontro da missão institucional do Tribunal de Contas da União

(TCU), uma vez que visam “controlar a administração pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade”. Nesse sentido, importante trabalho realizado todos os anos pelo tribunal – a apreciação das contas do Presidente da Re-

pública do Brasil – permite a população brasileira conhecer os efetivos resultados alcançados pela administração pública no ano que passou. Possibilitando ao cidadão, ainda, a cobrança por melhores resultados em setores cujos objetivos não foram atingidos adequadamente.

A apreciação das contas do Presidente da República, que ocorre por meio de relatório e parecer prévio, realizada em sessão extraordinária anual faz parte de uma das competências constitucionais mais importantes – senão a maior – atribuídas a Corte de Contas. Embora o TCU exista há 122 anos, essa competência foi atribuída ao tribunal pela Constituição de 1934.

O trabalho de apreciação das contas desenvolvido pelo TCU permite que o Congresso Nacional (CN) faça uma análise minuciosa sobre os gastos, já que é o Congresso que tem a competência constitucional para julgar as Contas do Presidente da República do Brasil. O TCU, como órgão autônomo e auxiliar ao CN, possui importante missão de subsidiar esse julgamen-

to. A análise realizada pelo TCU envolve os mais variados aspectos que se relacionam com a gestão pública, sejam eles econômicos, contábeis, patrimoniais, orçamentários, financeiros ou operacionais.

O PROCESSO DE JULGAMENTO

A cada ano o Presidente da República envia ao Congresso Nacional a prestação de contas relativa ao exercício anterior. O envio tem de ser feito no prazo máximo de sessenta dias a contar do início da sessão legislativa (2 de fevereiro). É o Congresso que remete essa prestação de contas ao TCU para que, também no prazo máximo de sessenta dias após o recebimento, faça uma detalhada avaliação técnica, que resultará no parecer prévio.

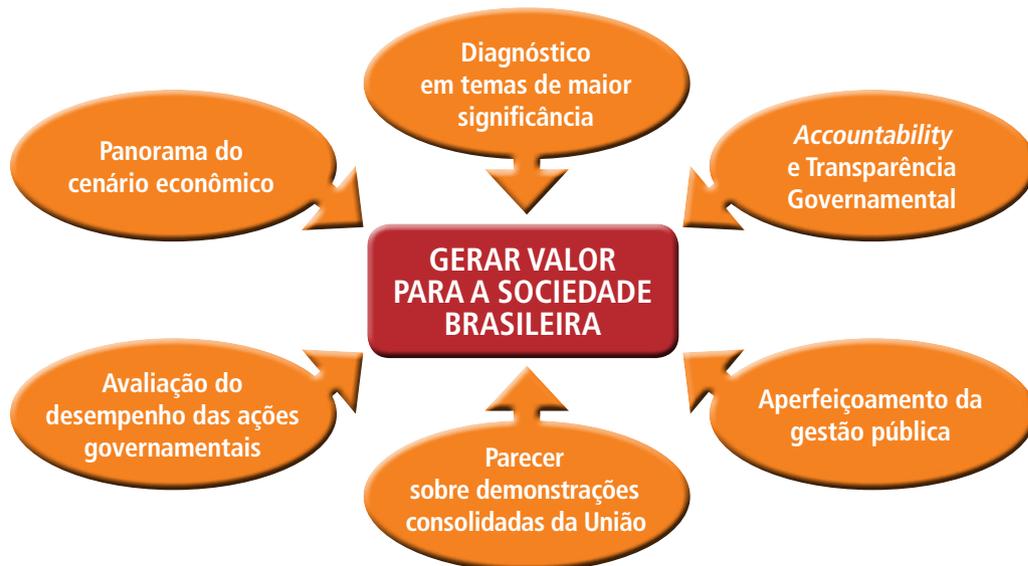
O processo envolve um ministro relator o qual é escolhido mediante sorteio realizado entre os membros do colegiado do TCU. Além das informações fornecidas pelo Presidente da República, o relator se fundamenta, ainda, em ações de controle realizadas pelas unidades técnicas que compõem a Secretaria-Geral de Controle Externo do tribunal. A unidade responsável por assessorar o ministro relator na consolidação do trabalho é a Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

A apreciação é feita em sessão pública extraordinária. Nela, o TCU emite parecer pela regularidade, regularidade com ressalva (quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário) ou ir-

regularidade das contas. Em seguida, o tribunal restitui ao Congresso Nacional as Contas do Presidente da República acompanhadas do parecer prévio aprovado pelo plenário. Dessa maneira, o tribunal fornece elementos técnicos para o julgamento político das Contas.

No relatório, constam as seguintes análises: demonstrações contábeis da União, desempenho da economia brasileira no período observado, as receitas e despesas do exercício. É apresentada, ainda, análise sobre a ação setorial do Governo, segregada por funções de governo. Anualmente, é também escolhida uma área temática, proposta pelo ministro relator, na qual se procura evidenciar trabalhos relevantes do TCU. Por fim, consta o acompanhamento das recomendações feitas

Figura 1: Resultados e impactos esperados com o Relatório de Contas do Governo



pelo TCU no relatório do ano anterior àquele em análise à conclusão, ao parecer prévio, a manifestações do Colegiado e o acórdão. Em 2012, constou, pela primeira vez, o acompanhamento das recomendações que estiveram presentes nos relatórios apreciados nos últimos cinco anos.

AS CONTAS DE 2011 APRECIADAS EM 2012

Em 2012, o exercício da atribuição de o TCU apreciar as contas do Presidente da República completou aniversário de 77 anos. A apreciação rea-

lizada este ano ficou marcada como a primeira vez que uma mulher teve suas contas analisadas na condição de Presidente da República, uma vez que as contas representaram o exame do primeiro ano da administração da Presidente da República, Dilma Rousseff.

Para relatar as contas de 2011, o relator sorteado foi o ministro José Múcio Monteiro. Como área temática, o relator sugeriu sustentabilidade do crescimento, em razão da preocupação com os meios necessários para se garantir um crescimento sustentável ao longo do tempo, capaz de

alavancar o desenvolvimento do País. Nesse sentido, procurou-se avaliar a atuação do governo para superar ou minimizar possíveis gargalos em áreas fundamentais a fim de viabilizar esse crescimento – economia, infraestrutura (considerando o impacto do PAC e da Copa do Mundo de 2014), meio ambiente, desenvolvimento regional, ensino profissionalizante e pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Os principais resultados da apreciação das contas realizada este ano podem ser obtidos em www.tcu.gov.br/contasdegoverno.

Figura 2:
Fluxo de elaboração do Relatório das Contas do Governo da República

